

**REPENSANDO A COMPLEXIDADE DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS
PARANAENSES: ARTICULANDO MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E A
DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAIS¹**

Cláudia Siqueira Baltar

Universidade Estadual de Londrina
cbaltar@uel.br

Ronaldo Baltar

Universidade Estadual de Londrina
baltar@uel.br

¹Trabalho submetido ao Seminário “Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas”, a ser realizado no dia 12 de abril de 2016 no Memorial da América Latina, São Paulo.

Repensando a complexidade dos processos migratórios paranaenses: articulando migrações internacionais e a dimensão político-institucionais

Apresentação de uma agenda de pesquisa

O trabalho que se apresenta aqui tem como objetivo contribuir para o debate que articula os processos migratórios internacionais e o desenvolvimento da dimensão político institucional, tendo como foco espacial de análise do estado do Paraná, destacando-se que os resultados aqui expostos compõem o Observatório das Migrações de Londrina², que tem como principal problema de investigação as configurações, conexões e significados, passados e atuais, das migrações internas e internacionais que se realizaram e se realizam no território do estado do Paraná.

Nesse sentido, tomando-se uma perspectiva historiográfica (BALHANA et al., 1969; NADALIN, 2002; WACHOWICZ, 2002), não há como deixar de observar que a realidade concreta que, atualmente, reconhecemos como população, território e suas respectivas idiosincrasias sociais, culturais e políticas paranaenses são resultantes, por um lado, de um complexo processo de redistribuição populacional e ocupação territorial, nem sempre uníssono e consensual, e, de outro, por um processo de estabelecimento e redefinição de suas fronteiras, que perdurou até a primeira metade do século XX, marcado por conflitos e disputas, com dimensões sociais, econômicas e políticas, tanto no âmbito nacional como no internacional.

Com isso, pretende-se destacar que uma particularidade na história da ocupação do Paraná refere-se à articulação entre um complexo processo de redefinição de fronteiras, internas e internacionais, e a confluência de diferentes fluxos migratórios – indígenas, nacionais e estrangeiros –, e que essa articulação pode se constituir num pano-de-fundo para o estudo do próprio processo de ocupação das diferentes regiões que compõem o território paranaense, com destaque para o desenvolvimento das diferentes atividades econômicas, para a redistribuição espacial da população, a partir das migrações interestaduais, intra-estaduais e internacionais e para a atuação diferenciada de atores públicos e privados, levada a cabo através de políticas econômicas e de desenvolvimento e empreendimentos de migração e colonização.

Nos estudos migratórios, propriamente ditos, especialmente a literatura que aborda as diferentes fases/etapas das migrações internas, no Brasil, que envolvem significativos processos de redistribuição espacial da população no território nacional, dentre a qual destaco Martine e

² O “Observatório das Migrações de Londrina” é um projeto de pesquisa em curso no Departamento de Ciências Sociais, na Universidade Estadual de Londrina, sob a coordenação dos professores Cláudia Siqueira Baltar e Ronaldo Baltar.

Camargo (1984); Faria (1991); Baeninger (2011) e Brito (2009), o estado do Paraná apresenta dinâmicas migratórias diferenciadas, em cada momento.

Primeiramente, na fase/etapa que corresponde ao período de 1940 a 1980, caracterizada, principalmente, pelas migrações de longa distância, envolvendo grande contingente populacional, quando ganham destaque, por um lado, os fluxos migratórios do Nordeste para o Sudeste, e, por outro, os grandes deslocamentos populacionais para as fronteiras agrícolas, nas três primeiras décadas, a dinâmica migratória do Paraná, como bem enfatizam Martine e Camargo (1984) e Faria (1991), foi marcada pelos grandes fluxos migratórios em direção à porção norte paranaense, acompanhando a expansão cafeeira no estado, a partir de São Paulo, promovida pela atuação da empresa inglesa Companhia de Terras do Norte do Paraná.

Através desse grande projeto de desenvolvimento e colonização, foram atraídos para o território paranaense migrantes interestaduais (nacionais e estrangeiros) e migrantes internacionais, vindos de diversos países e continentes. Considerando-se os censos demográficos do período, a população do Paraná passou de 1,2 milhões de pessoas, em 1940, para, aproximadamente, 7,0 milhões de pessoas, em 1970. Ou seja, em trinta anos, a população do Paraná cresceu mais de cinco vezes, podendo-se afirmar que tal intensidade de incremento populacional esteve relacionado, senão totalmente, pelo menos em grande parte, à expansão da fronteira agrícola paranaense.

Concomitantemente a este processo de rápido crescimento populacional e à expansão da fronteira agrícola, como já abordado em Baltar e Baltar (2014), assistiu-se a uma intensa criação de novos municípios, passando de 47 municipalidades existentes, em 1940, para 288 municipalidades, em 1970. Ou seja, 60% dos municípios paranaenses existentes, atualmente, foram criados nos trinta anos de fronteira agrícola no Paraná.

Porém, na última década dessa primeira fase das migrações internas no Brasil, a dinâmica migratória do Paraná começa a passar por algumas transformações, que podem ser evidenciadas pela desaceleração nas taxas de crescimento populacional. Assim, enquanto nas décadas de 1950 e 1960, o Paraná registrou um crescimento de 7,2%a.a. e 5,0%a.a., respectivamente, nas décadas de 1970 e 1980, o crescimento populacional do estado reduz-se drasticamente, chegando a 0,97%a.a. e 0,93%a.a., respectivamente (BALTAR; BALTAR, 2014, p. 12).

Essa queda abrupta nas taxas de crescimento populacional, por sua vez, estaria diretamente relacionada com o esgotamento da fronteira agrícola do estado, já na metade da década de 1970, cujos determinantes causais possuem dimensões climatológicas, econômicas, políticas e sociais, e com a consequente mudança na estrutura produtiva do estado, que passou a

concentrar investimentos em atividades industriais na então recém-criada Região Metropolitana de Curitiba (MAGALHÃES, 2001; WACHOWICZ, 2002).

Tais transformações no eixo de desenvolvimento econômico do estado vão acarretar mudanças significativas na dinâmica migratória do Paraná, evidenciadas a partir dos anos de 1980, caracterizadas, primeiramente, pela intensa saída da população da zona rural, em diferentes direções: as áreas urbanas imediatas e outras áreas de fronteira agrícola no Centro-Oeste e Norte do país. Em segundo lugar, verifica-se uma redistribuição populacional intra-estadual, entre as diferentes regiões paranaenses, com especial destaque para o fluxo em direção à região metropolitana de Curitiba. Por fim, destaque-se a emigração de população em direção ao Estado de São Paulo (MAGALHÃES, 2003; IPARDES, 2006; WACHOWICZ, 2002).

Com isso, o que se observa, a partir da literatura considerada, é que essa primeira fase/etapa de significativo processo de redistribuição espacial da população entre as diferentes porções do território nacional, e que vai influenciar a configuração e o significado de diferentes fluxos de migração, dentro da dinâmica migratória no Paraná, tem seu início e seu fim articulados com o desenvolvimento e o próprio esgotamento da fronteira agrícola das diferentes regiões que compõem o norte paranaense.

Por sua vez, aquela que, pela mesma literatura selecionada, pode ser considerada como uma segunda etapa da dinâmica migratória do estado do Paraná, inicia-se nos anos de 1980, com as próprias transformações internas, a partir da mudança no eixo produtivo do estado, e ganha força, especialmente, na década de 1990, com reestruturação produtiva, a desconcentração das atividades industriais, a partir de São Paulo, e o processo de descentralização político-administrativa e de reforma do Estado (PACHECO, 1999; LENCIONE, 1994; CANO, 2008; REIS, 1994; DINIZ, 1996).

Considerando o estudo de Baeninger (2000), no qual a autora, baseada num balanço de uma literatura selecionada, produzida ao longo dos anos 70, 80 e 90, acerca dos movimentos migratórios e deslocamentos populacionais no Brasil, aponta para a emergência de novas formas de mobilidade espacial da população como sendo uma característica da dinâmica migratória na última década do século XX e início do XXI.

Entre essas novas formas de deslocamento espacial da população, destacam-se movimentos de curta distância, movimentos de retorno, movimentos intra-regionais, além da consideração de outras dimensões como elementos de explicação e de determinação do fenômeno migratório, como a dimensão espacial (BAENINGER, 2000, p. 9).

Isso não significa que essas “novas modalidades” ainda não existissem ou não estivessem em curso na realidade, anteriormente. O que se destaca, a partir das próprias observações de

Brito (2009; 2000) e Baeninger (2011) é que, no período de 1940 a 1980, concomitantemente às “trajetórias dominantes”, representadas, especialmente, pelas migrações do tipo rural-urbana e as de longa distância, como os fluxos migratórios do Nordeste para o Sudeste, já se configuravam aquelas novas formas de deslocamentos populacionais, que acabam ganhando maior visibilidade a partir dos anos 90 e 2000.

Neste cenário, o estado do Paraná figura como uma espacialidade que, nos dois momentos da dinâmica migratória apresentados anteriormente, também acabou por receber uma abordagem “seletiva”, na qual trajetórias migratórias dominantes receberam maior atenção por parte dos investigadores, em detrimento de outros processos migratórios, de menor extensão ou menor intensidade. É o caso, por exemplo, do período de desenvolvimento da fronteira agrícola do estado, quando dos deslocamentos populacionais de entrada no território norte-paranaense receberam grande atenção dos estudiosos, mas pouco se conhece de outras modalidades migratórias, que possam ter se articulado com essa “trajetória dominante”, e revestido de significados diferenciados a dinâmica migratória do estado.

Com isso, justifica-se uma agenda de pesquisa voltada para as configurações, conexões e significados, pretéritos e atuais, das migrações e deslocamentos populacionais, internos e internacionais, que se desenvolveram no território paranaense. Especialmente, neste contexto em que, por um lado, de acordo com Baeninger (2012), o Brasil vem assumindo um protagonismo maior no contexto das migrações internacionais latino-americanas, o que, no Paraná assume contornos peculiares devido ao seu próprio histórico de ocupação territorial, definição de fronteiras e ocupação territorial, onde a questão da circulação de pessoas, bens, valores e costumes entre as fronteiras dos países limítrofes ao seu território contribuíram para a sua conformação histórica (BALHANA et al., 1969; WACHOWICZ, 2002).

Por outro lado, na medida em que, como aponta Baeninger (2013), as próprias migrações internacionais do século XXI vêm influenciando, cada vez mais, as diferentes dimensões da vida cotidiana das pessoas, nas diferentes escalas territoriais, de forma transversal – o que significa afirmar que diferentes processos globais poderão ser percebidos de forma mais imediata e ter rebatimentos diferenciados em diferentes contextos locais – torna-se oportuna a elaboração de um novo olhar voltado para a configuração e significados de processos migratórios colocado em curso em diferentes momentos do passado histórico, buscando a articulação de diferentes modalidades migratórias e de diferentes tipos de migrantes.

Com isso, torna-se importante a busca de subsídios para investigação e maior conhecimento das diferentes dimensões da dinâmica migratória atual, em curso no estado do Paraná, as quais articulam diferentes modalidades de deslocamentos populacionais, envolvendo

estrangeiros e nacionais, em trajetórias realizadas em diferentes escalas, desde a internacional até as locais, numa sobreposição de significados, impactos, influências e consequências.

Numa perspectiva internacional, uma das questões mais desafiadoras da contemporaneidade evidencia-se pelas diversas situações vivenciadas pelos diferentes grupos de refugiados e de deslocados, em diferentes pontos do mundo. Embora o centro da “crise migratória” atual situa-se no continente europeu, envolvendo o drama diário de sírios, afegãos, iraquianos, curdos, africanos e a própria população europeia, em diferentes pontos do mundo, é possível identificar diferentes desdobramentos dessa crise, irradiada a partir da Europa, além de outras situações envolvendo outros diferentes grupos de refugiados, deslocados e migrantes internacionais.

No Brasil, no presente decênio, essas diversas questões migratórias contemporâneas vêm ganhando visibilidade, por um lado, com a entrada regular e crescente de haitianos no país e, por outro, com o aumento na concessão de status de refugiados a solicitantes provenientes de países da América do Sul, Oriente Médio, África e da Ásia, como é o caso da Colômbia, Síria, Senegal e Bangladesh, de acordo com os dados da ACNUR/ONU (ACNUR, 2014).

No contexto paranaense, vem ganhando cada vez mais destaque a chegada crescente de migrantes internacionais – refugiados ou não – na Região Metropolitana de Londrina, localizada no Norte Paranaense. De acordo com a Cáritas Arquidiocesana de Londrina³, principal entidade atuante no atendimento, orientação e apoio aos imigrantes e refugiados na região de Londrina, entre 2012 e 2015, houve um aumento de cerca de 700% no número de imigrantes e refugiados atendidos pela entidade⁴, evoluindo de 30 atendimentos em 2012, 167 atendimentos em 2013, 136 em 2014 e chegando a 210, até agosto de 2015.

Ainda de acordo com a entidade, a maior parte dessa população é proveniente do Haiti e de Bangladesh; um segundo grupo seria composto por colombianos, paquistaneses e sírios; e um terceiro grupo, com menor presença, seria composto por pessoas vindas de países da África, Ásia e da América Latina.

Devido ao fato de se tratar de processos, historicamente, bastante recentes, não contamos ainda com estudos ou pesquisas voltadas para essa dimensão regional. Nesse sentido, o Observatório das Migrações de Londrina vem trabalhando no sentido contribuir com subsídios para a elaboração e sistematização de informações e construção de um debate de forma a suprir tal lacuna.

³ Disponível em: <<http://www.caritaslondrina.com.br/>>.

⁴ De acordo com matéria jornalística, veiculada pelo seguinte meio. Disponível em: <http://www.paiquerefm.com.br/home.php?pg=2&titulo=&id_categoria=2&id=11348>. Acessado em: 25 fev. 2016.

Voltando para os objetivos principais desse trabalho, destaca-se que a contemporaneidade traz um conjunto complexo de elementos para se pensar, estudar e refletir sobre as diferentes dimensões dos processos migratórios. No caso das migrações internacionais, um dos primeiros grandes desafios reside na articulação entre a expressão quantitativa e qualitativa da presença dos imigrantes no país e a dimensão político-institucional que acompanhou esse processo, principalmente quando se trata dos espaços regionais e esferas subnacionais.

Com isso, enfatiza-se, aqui, a intenção de se inserir nesta teia de complexidades, com o objetivo de se pinçar elementos que nos possibilitem um maior conhecimento das articulações entre os processos migratórios no estado do Paraná e a sua dimensão político-institucional.

Assim, as seções seguintes visam atender a essas duas dimensões, sendo a primeira voltada para um panorama da presença da população estrangeira no estado do Paraná e a segunda, voltada para o acompanhamento do quadro político-institucional que subsidiou esse processo.

Evolução da população estrangeira no Estado do Paraná

Como já foi apontado na seção anterior, considerar a articulação entre o processo histórico de redefinição de fronteiras, internas e internacionais, e a confluências de diferentes fluxos migratórios – indígenas, nacionais e estrangeiros – constitui-se num importante pano-de-fundo para se investigar diversos processos no estado do Paraná, tanto os migratórios como os de redistribuição espacial na população.

Assim, falar em população em território paranaense significa considerar a dinâmica demográfica numa porção do território brasileiro onde, desde metade do século XVIII, desdobraram-se as disputas pela demarcação de fronteiras, as quais chegaram ao fim somente em 1898, no contexto da Questão de Palmas ou das Missões, que pôs fim ao litígio fronteiriço entre Argentina e Brasil.

Território este que também vivenciou uma questão de fronteira interna, cuja disputa constituiu-se num dos elementos da Guerra do Contestado, envolvendo os estados do Paraná e Santa Catarina, entre os anos de 1912 e 1918.

Além disso, o estado do Paraná vivenciou, ainda na primeira metade do século XX, um segundo processo de reordenação territorial importante, entre os anos de 1943 e 1946, quando da decisão do governo getulista de criação do Território Federal do Iguazu, com objetivo de se aumentar o controle federal nas áreas fronteiriças⁵.

⁵ As referências historiográficas baseiam-se em Balhana et al. (1969) e Wachowicz (2002).

Concomitantemente às questões de fronteiras e reordenamento territorial, deve-se considerar que as diferentes porções do território paranaense vivenciaram processos de ocupação populacional e desenvolvimento econômico bastante diferentes, tanto em termos cronológicos como em termos de conteúdo e significado.

Assim, com base em IPARDES (2006), é possível identificar três diferentes porções territoriais: a primeira é a porção sul do território paranaense, compreendendo o litoral, a região de Curitiba e os Campos Gerais, que corresponde à fase inicial e tradicional da ocupação do estado; a segunda refere-se à porção norte do estado, que corresponde à região do desenvolvimento da fronteira agrícola, que se expandiu a partir do avanço da cafeicultura proveniente de São Paulo, entre as décadas de 1930 e 1970; e a terceira porção pode ser identificada com as regiões Oeste e Sudoeste do estado, cujo território compreende importante área de fronteira, cuja ocupação demográfica e econômica mais efetiva aconteceu mais tardiamente, a partir de correntes migratórias provenientes dos outros estados da Região Sul do país.

FIGURA 1 – Mapa do Estado do Paraná, por mesorregiões⁶



Feitas estas considerações introdutórias acerca das especificidades do desenvolvimento territorial paranaense, passaremos a abordar o foco desta seção, que se refere à presença da população estrangeira no território paranaense, em diferentes anos censitários, entre 1872 e 2010.

⁶ Imagem formatada a partir da base de mapas do IPARDES. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/mesorregioes_geograficas_base_2010.jpg>.

Antes de entrarmos nesses números, algumas palavras sobre as informações censitárias selecionadas para essa análise fazem-se necessárias. Primeiramente, destaca-se que se optou por trabalhar com a informação sobre o total da população estrangeira, identificada nos diferentes censos demográficos, através do quesito referente à nacionalidade da população.

Vários estudos voltados para os quesitos censitários sobre migração – entre os quais, podem se destacar Rigotti (1999) e Carvalho (1985) – apontam para as limitações desse tipo de quesito: em primeiro lugar, trata-se de uma informação que se refere ao “estoque” da população, ou seja, ao total da população captada através da pergunta sobre o local de nascimento das pessoas, sem qualquer referência à data de sua entrada no país.

Em segundo lugar, essa informação refere-se à “população sobrevivente” no momento do censo demográfico, não se referindo ao total dos imigrantes que adentraram ao país, pois não considera nem a mortalidade e nem a reemigração dessa população.

Porém, apesar dessas limitações, a condição migratória captada pela informação sobre o local de nascimento é de fácil entendimento, permitindo, no caso da migração internacional, uma rápida visualização do quadro geral do processo migratório analisado.

Partimos, agora, para a análise dos dados da tabela 1, na qual se visualiza o cotejamento entre as informações sobre a população total e a população estrangeira, no Brasil e no estado do Paraná, entre 1872 e 2010⁷.

Entre as várias informações contidas nessa tabela, destacamos, primeiramente, a evolução das taxas de crescimento anual da população total, do Brasil e do Paraná. Na comparação desses dados, observamos que, tanto a população brasileira como a paranaense mantiveram crescimento positivo em todo o período coberto pelos dados, embora numa evolução oscilante entre valores que ora cresciam e ora diminuía, entre um período e outro.

O que chama especial atenção com relação a esses dados da população total é o fato de, em todos os momentos, até a década de 1960, o estado do Paraná apresentar taxas de crescimento maiores que as taxas referentes à população total do país, principalmente nas décadas de 1940, 1950 e 1960, que compreendem os maiores níveis de crescimento da população

⁷ Uma vez que este estudo utiliza informações levantadas em todos os censos demográficos brasileiro realizados a partir de 1872, com exceção do de 1910, vale destacar que, enquanto instrumento de coleta de dados, os censos demográficos passaram por importantes transformações ao longo do período considerado. Se hoje, após a realização do censo demográfico de 2010, nós contamos com um instrumento com grande aprimoramento dos quesitos de migração (o que não se restringe somente a estes quesitos) e com alto nível de sofisticação dos materiais envolvidos, frutos de um processo de modernização e de padronização internacional iniciado em 1940, as condições objetivas eram totalmente diversas quando se trata dos recenseamentos de 1872 a 1920. Especificamente com relação ao censo de 1872, o instrumento de coleta era a lista de família, que era enviada a todos os chefes de domicílio, os quais deveriam preencher e remeter ao responsável pelo recenseamento no município. Ou seja, não havia a intermediação do entrevistador, abrindo margem para diferentes entendimentos sobre a informação solicitada no instrumento. Outro problema presente no censo de 1872 refere-se ao fato de, em algumas províncias, ele ter se realizado em anos diferentes, o que dificultou a compilação do conjunto dos dados. Sobre o recenseamento de 1872, ver Paiva et al. (2012) e Oliveira (2003).

paranaense exatamente no momento de expansão da fronteira agrícola nas regiões situadas na porção norte do estado (MARTINE; CAMARGO, 1984; FARIA, 1991).

Num segundo plano, as taxas de crescimento da população estrangeira apresentaram outras particularidades. Assim, observa-se que, de 1872 a 1960, a população estrangeira no Paraná também cresceu a taxas mais altas em comparação com a população estrangeira no país, porem as oscilações incluíram momentos de crescimento negativo nas duas populações.

TABELA 1 – População total, população estrangeira e taxa de crescimento anual (a.a.)
Brasil e Estado do Paraná - 1872-2010

Ano	BRASIL				PARANÁ			
	População Total	Txcresc (a.a.)	Estrangeiros	Txcresc (a.a.)	População Total	Txcresc (a.a.)	Estrangeiros	Txcresc (a.a.)
1872	9.930.478		382.041		126.722		2.899	
		2,06		-0,46		3,85		3,25
1890*	14.333.915		351.312		249.941		5.153	
		1,98		11,83		2,73		22,58
1900*	17.438.434		1.074.511		327.136		39.457	
		2,86		1,73		3,77		2,04
1920	30.635.605		1.513.635		685.711		59.119	
		1,50		-0,82		2,99		-0,20
1940	41.236.315		1.283.833		1.236.276		56.816	
		2,34		-1,67		5,52		1,43
1950	51.944.397		1.085.287		2.115.547		65.503	
		3,06		1,44		7,26		2,73
1960	70.191.370		1.252.467		4.263.721		85.777	
		2,87		-1,45		4,98		-0,14
1970	93.134.846		1.082.745		6.929.821		84.543	
		2,48		-1,69		0,97		-6,58
1980	119.011.052		912.848		7.629.849		42.811	
		1,93		-3,65		0,93		-3,07
1991	146.825.475		606.624		8.448.713		30.371	
		1,63		-1,91		1,39		-0,45
2000	169.872.856		510.067		9.564.643		29.158	
		1,17		-1,66		0,88		-0,19
2010	190.755.799		431.319		10.444.526		28.601	

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1872 a 2010).

Notas: (*) Para esses anos, população estrangeira inclui os naturalizados

1 - Até 1960, população presente. A partir daí, população residente;

2 - Para 1872, os resultados não incluem 181 583 habitantes, estimados para 32 paróquias, nas quais não foi feito o recenseamento na data determinada;

3 - Para 1940, exclusive 16 713 pessoas recenseadas cujas declarações não foram apuradas por extravio do material de coleta;

4 - Para 1950, exclusive 31 960 pessoas recenseadas cujas declarações não foram apuradas por extravio do material de coleta;

5 - Para 1991 e 2000, dados do Universo;

6 - Para 2010, dados da Amostra.

Entre os principais aspectos, destaca-se o alto crescimento da população estrangeira na última década do século XIX, tanto no país quanto no estado do Paraná: enquanto a população

estrangeira do país cresceu a uma taxa de 11,8% a.a., entre 1890 e 1900, no Paraná, a presença estrangeira cresceu a impressionantes taxas de 22,6% a.a.

Esse elevado crescimento da população estrangeira expressou a importância da grande imigração europeia, a partir dos anos de 1880, atendendo tanto aos objetivos de suprimento de mão-de-obra para a cafeicultura, especialmente em São Paulo, como às políticas de colonização baseada na pequena propriedade voltada para o abastecimento interno, como nos estados sulistas, em especial o Paraná (LEVY, 1974; BASSANEZI, 1995; BALHANA, 1996).

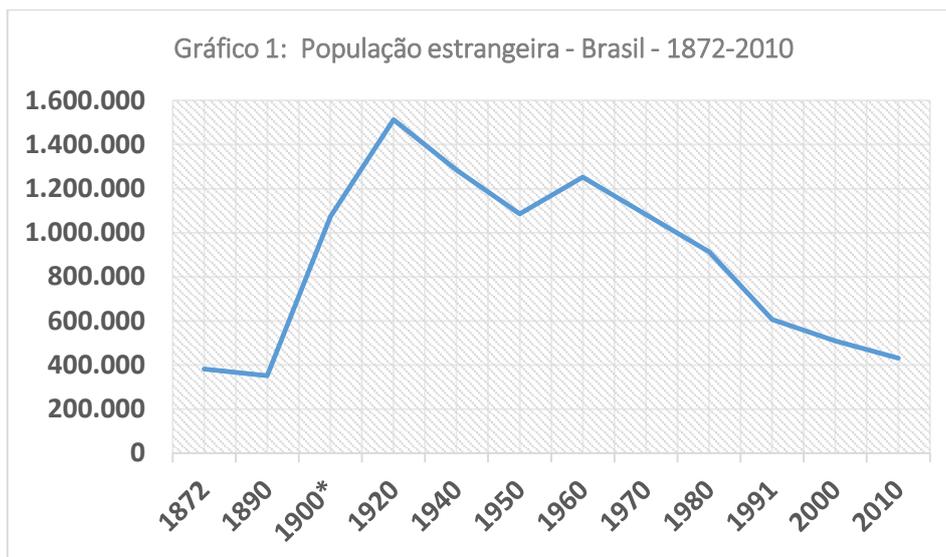
Também merece destaque o período entre 1920 e 1950, quando, no contexto nacional, a população estrangeira apresentou crescimento negativo, evidenciando a mudança na orientação da política migratória do país, que passou a restringir a entrada de imigrantes, a partir da década de 1930.

No entanto, quando se consideram os dados referentes ao estado do Paraná, observa-se que, no período de 1920-1940, a sua população estrangeira teve um crescimento negativo de -0,20% a.a., representando um decréscimo menos intenso quando comparado com os dados para o Brasil, que registrou uma taxa de -0,82% a.a. Por sua vez, no período seguinte, enquanto o país registrou um decréscimo na sua população estrangeira ainda maior, em torno de -1,67% a.a., no Paraná, esse grupo cresceu a uma taxa de 1,43% a.a. – o que pode indicar um processo de redistribuição espacial da população estrangeira dentro do país, favorecendo um maior peso dos estrangeiros em solo paranaense.

O último destaque a ser feito refere-se à evolução das taxas registrada a partir de 1960, tanto no contexto nacional como no estadual. Nesse sentido, observa-se que a população estrangeira no país registrou taxas negativas em todos os períodos intercensitários, entre 1960 e 2010, passando de 1,2 milhões de pessoas, em 1960, para cerca de 430 mil, em 2010, sendo que o principal decréscimo ocorreu na década de 1980, quando se registrou uma taxa de -3,65% a.a.

Por sua vez, o Paraná também registrou crescimento negativo na sua população estrangeira, a partir de 1960, passando de um montante de 85 mil estrangeiros, em 1960, chegando a 28 mil estrangeiros, em 2010, porém o principal decréscimo foi registrado na década de 1970, quando se registrou uma taxa de crescimento de -6,58% a.a.

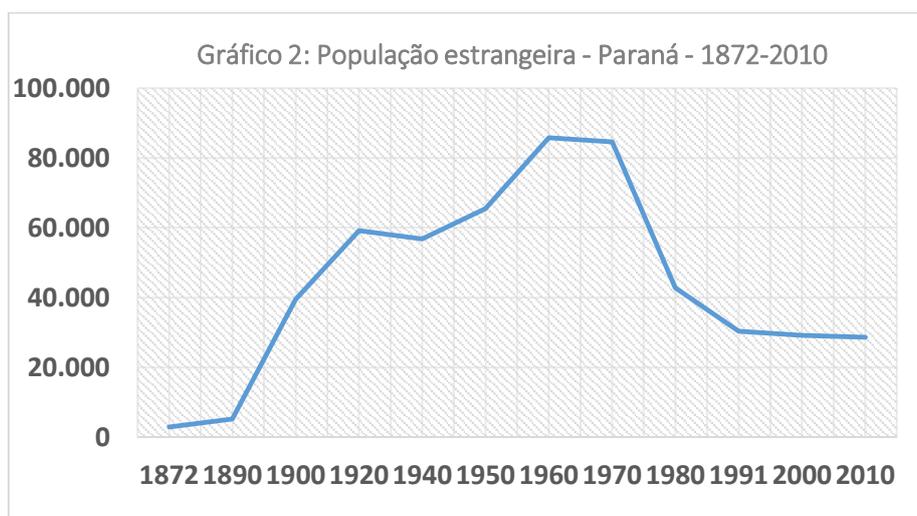
Nos gráficos seguintes, é possível contrastar a evolução da população estrangeira e seu peso no conjunto da população total, no Brasil e no Paraná, entre 1872 e 2010.



Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1872-2010) (Elaboração Própria).

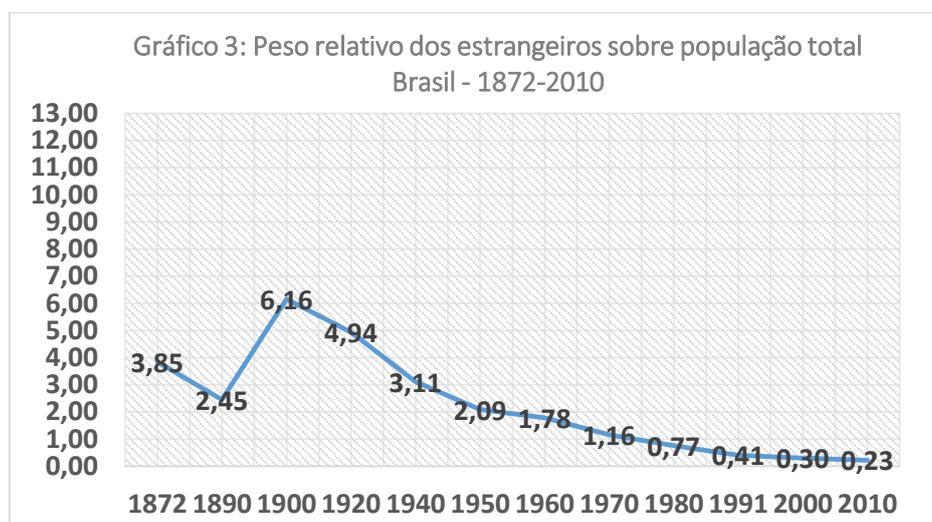
No gráfico 1, observa-se a evolução da população estrangeira no Brasil, onde se nota que o auge da presença dessa população é o ano de 1920, que contabilizou um total de 1,5 milhão de pessoas. Nas décadas seguintes, os números absolutos decrescem não tão abruptamente, chegando, em 1950, a um pouco mais de 1 milhão de estrangeiros, em 1980, a 900 mil e, por fim, em 2010, a, aproximadamente, 400 mil estrangeiros.

Por sua vez, no gráfico 2, é possível observar que o ano de 1920 também corresponde a um momento importante da presença estrangeira no estado do Paraná, quando foram registradas cerca de 59 mil pessoas, porém a fase auge dessa presença corresponde aos anos de 1960 e 1970, compreendendo a 85 mil e a 84 mil estrangeiros, respectivamente. Por fim, em 2010, a população estrangeira no estado chega a corresponder a 28 mil pessoas.



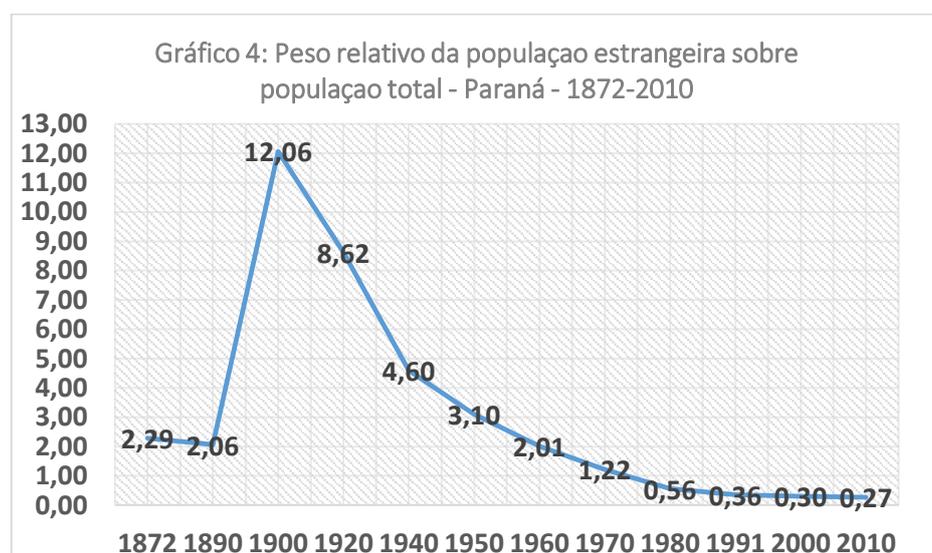
Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1872-2010) (Elaboração Própria).

Nos gráficos seguintes, podemos comparar o peso relativo da população estrangeira no Brasil e no Paraná:



Fonte: Dados Brutos. IBGE (Censos Demográficos de 1872-2010) (Elaboração Própria).

No gráfico 3, observamos que os anos censitários de 1872 a 1940 correspondem aos momentos de maior peso da população estrangeira no conjunto da população do país, sendo o ano de 1900 o auge dessa presença, quando a população estrangeira correspondeu a 6,5% da população total. Ao longo do século XX e início do XXI, o peso relativo dessa presença diminuiu gradativamente, alcançado, em 2010, a proporção de 0,23%.



Fonte: Dados Brutos. IBGE (Censos Demográficos de 1872-2010) (Elaboração Própria).

Já a população estrangeira no Paraná apresenta a maior proporção nas décadas iniciais do século XX, sendo o ano de 1900 o momento auge, quando essa presença representou cerca de

12% da população total do estado, sendo o segundo momento mais importante o ano de 1920, com 8,6% de estrangeiros no conjunto da população total.

Nos anos censitários seguintes, registrou-se também um declínio contínuo da participação estrangeira no estado, chegando, no ano de 2010, a alcançar a participação de 0,27% - bastante baixa quando comparada com os dados do início do período analisado, mas ainda assim um pouco acima da proporção representada para a população estrangeira do conjunto do país.

De uma forma geral, o que se pretende com a exposição desses dados é evidenciar, por um lado, a intensidade com que a população paranaense cresceu ao longo do século XX e início do XXI e, por outro, a importância da população estrangeira na dinâmica demográfica do estado, especialmente durante a primeira metade do século XX.

Embora a presença estrangeira, no país e no Paraná, não seja tão significativa em termos quantitativos, ela vem assumindo aspectos bastante importantes, na contemporaneidade, principalmente quando se considera a diversidade das origens dos principais grupos de imigrantes.

Assim, no caso do estado do Paraná, enquanto, no final do século XIX, os europeus constituíam os principais grupos de estrangeiros, com destaque para os alemães e portugueses, no censo demográfico de 2010⁸, não somente os europeus figuram entre os grupos mais importantes entre os estrangeiros, mas os latino-americanos apresentam as maiores proporções, como os paraguaios e os argentinos. Além disso, neste último censo, o leque de origem dos estrangeiros é bem mais amplo, incluindo países de todos os continentes, com participação expressiva no conjunto da população estrangeira.

Considerar essa maior diversidade da migração internacional contemporânea torna-se bastante relevante, especialmente quando se trata de refletir e debater sobre as legislações e políticas elaboradas para regular e atender às demandas desse público específico. O panorama dessas leis é o objeto da próxima seção.

Dimensão político-institucional: legislações migratórias e territoriais

Além das informações que apontem para a presença da população estrangeira no território, a dimensão político-institucional mostra-se igualmente importante para se refletir sobre os principais questões e desafios relacionados às migrações internacionais contemporâneas.

⁸ O tratamento da dimensão qualitativa dos dados sobre os estrangeiros no Paraná encontra-se em curso, no contexto do projeto de pesquisa “Observatório das Migrações de Londrina”. As informações expostas aqui referem-se à fase inicial do tratamento desses dados.

Destaca-se que, para se refletir sobre a dimensão político-institucional da questão migratória é importante considerar, por um lado, toda a legislação criada que, direta ou indiretamente, regulamentou a entrada, circulação e permanência de estrangeiros no país, e, por outro, o quadro institucional concreto, expresso tanto pela criação de secretarias, superintendências, ministérios vinculados aos projetos de imigração e colonização como pelos acordos internacionais que envolveram a transferência de população estrangeira para o Brasil.

Devido à complexidade dessa dimensão político-institucional, trataremos por agora apenas do quadro da elaboração de leis que, direta ou indiretamente, impactaram a entrada, circulação e permanência de estrangeiros no país.

Nesse sentido, diferentes publicações apresentam um rol – em algumas, mais e, em outras, menos exaustivo –, sobre a legislação que versa sobre imigração no Brasil (BASSANEZI et al., 2008; BALHANA, 1996; CASTRO, 2012), a partir das quais se observa que, por se tratar de um material complexo e repleto de detalhes, o primeiro desafio colocado para o pesquisador é a própria seleção das leis que sejam mais importantes ou impactantes na questão migratória.

Diante disso, para os objetivos colocados neste trabalho, optou-se por fazer uma seleção de leis que fornecessem um quadro que apontasse as tendências gerais da lei migratória no país e que também pontuasse os principais momentos da imigração para o estado do Paraná, resultando no conjunto das leis selecionadas, apresentadas numa ordem cronológica, no Quadro 1.

QUADRO 1 – Legislação brasileira selecionada, Brasil, 1820-1988

ANO	NORMA	PONTOS DESTACADOS
1820	Decreto no. 2	1) determinava a exigência do passaporte de toda a pessoa que entrasse e saísse do país; 2) passaporte exigido, também, na circulação pelo território nacional
1824	Constituição Política do Império do Brasil de 1824	1) manteve a exigência do porte do passaporte; e 2) previu a naturalização de estrangeiros
1834	Lei 16 de 12 de agosto de 1834 - Ato Adicional de 1834	Províncias com competência para promover a colonização, juntamente com o poder central
1850	Lei de Terras de 1850 (Lei no. 601, de 18 de setembro de 1850)	1) restringia o acesso à propriedade da terra através da compra; 2) limitava a destinação de terras devolutas para fins de colonização
1853	Decreto 704, de 29 de agosto de 1853(Abrangência provincial)	Emancipação política da Província do Paraná
1854	Decreto 1.318, de 30 de janeiro de 1854	1) flexibilizou o acesso à propriedade de terras pelos imigrantes; e 2) flexibilizou a promoção à colonização
1891	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891	1) manteve a autonomia dos estados na política migratória; 2) dispensou o uso do passaporte em tempo de paz
1934	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934	1) estabeleceu a competência da União para legislar sobre a imigração; 2) deu preferência ao brasileiro na colonização e no aproveitamento das terras públicas; 3) restrição à entrada de estrangeiros; 4) estabelecimento de cotas para seleção do imigrante
1937	Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937	1) manteve o sistema de quotas; 2) caracterizado pela defesa da segurança nacional, deu origem à legislação que passou a reger a condição jurídica do estrangeiro no Brasil
1946/1967	Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 e Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1967	1) prevista a livre entrada de imigrantes em tempos de paz, desde que respeitados os preceitos da lei; 2) seleção, entrada e fixação de imigrantes sujeitas às exigências do interesse nacional
1969	Decreto-Lei no. 941, de 1969	Regeu a situação jurídica do estrangeiro no Brasil (admissão; naturalização; infrações; deportação; expulsão; extradição, etc)
1980	Estatuto do Estrangeiro (Lei no. 6.815, de 1980)	Rege toda a situação jurídica do estrangeiro em território nacional. Elaborada durante a Ditadura Militar, baseada no princípio da garantia da segurança nacional, possui caráter bastante restritivo quanto à entrada de estrangeiros no país. Em vigor até hoje
1988	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Mantém como competência exclusiva da União sobre a política migratória

Fonte: Legislações brasileiras selecionadas. Balhana (1996); Bassanezi et al. (2008) e Castro (2012).

Assim, a partir dessa seleção, o que se observa é que, no caso brasileiro, a legislação migratória começa a se desenvolver nos anos vinte do século XIX, com o Decreto n. 2, de 1820, e com a própria Constituição Imperial de 1824, que proporcionaram os primeiros passos visando tanto a entrada de diferentes grupos de europeus, como a sua circulação no território nacional.

Vale destacar que, apoiado nessas leis, se deram as primeiras experiências de imigração e colonização no Brasil, através, principalmente, da vinda e estabelecimento de alemães em várias

províncias, como São Paulo, Paraná⁹, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (BALHANA, 1996; BASSANEZI, 1995).

O Ato Adicional de 1834 inaugura um período caracterizado pela crescente descentralização da política imigratória brasileira. Marcado pela preocupação de substituição da mão-de-obra escrava e com a ocupação territorial dos “vazios demográficos”, a legislação que se seguiu de 1834 até 1891, ano da primeira constituição nacional do período republicano, contribuiu, por um lado, para a transferência e o fortalecimento da competência das províncias na definição e gestão de políticas de colonização e imigração e, por outro, para a facilitação do acesso à terra aos estrangeiros.

Esse período de descentralização política e de favorecimento da entrada de estrangeiros prevaleceu por um século na história imigratória do país, compreendendo a fase da “grande imigração” europeia para o Brasil, principalmente no último quartel do século XIX e da atuação das grandes sociedades privadas de imigração e colonização, como, por exemplo, a Sociedade Promotora de Imigração, criada em 1886, no estado de São Paulo.

No estado do Paraná, especialmente a partir da sua emancipação política, em 1853, configura-se uma política paranaense de colonização, que se caracterizou, através de uma ação conjunta entre os governos imperial e provincial, pelo estabelecimento de diversos núcleos coloniais situados nas proximidades dos centros urbanos da província. Sob essa forma de atuação, foram estabelecidos, até 1911, mais de 100 núcleos coloniais, compreendendo mais de 100 mil imigrantes (BALHANA, 1996).

Já no século XX, passa a ter espaço uma nova ação colonizadora no Paraná, a partir da atuação de empresas particulares. Na década de 1920, foi criada a empresa Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), com capital inglês que, aliada à Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, promoveu a colonização da porção norte paranaense, expandindo, inicialmente, a cafeicultura de São Paulo para o Paraná (BALHANA, 1969; WACHOWICZ, 2002).

Essa empresa atuou no estado até a década de 1970¹⁰, constituindo-se numa das maiores empresas colonizadoras e de diversificação agrícola do estado, contribuindo para a atração de migrantes internos e estrangeiros, em processos migratórios nacionais e internacionais, para desenvolvimento da fronteira agrícola, os quais contribuíram para a segunda fase de elevado crescimento demográfico registrado, no Paraná, registrado entre 1920-1970¹¹.

A segunda empresa de colonização de importância para os desenvolvimentos econômico e demográfico do Paraná é a Sociedade Colonizadora Brasileira – BRATAC, que iniciou suas

⁹ Nesse momento, foi criado, no Paraná, o primeiro núcleo de colonização alemã, em 1829, em Rio Negro, no extremo sul do estado do Paraná, na fronteira com o estado de Santa Catarina.

¹⁰ Em 1944, a empresa alterou seu nome para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

¹¹ Ver seção anterior.

atividades colonizadoras na década de 1930, no estado de São Paulo e, em seguida, transfere sua atuação para as terras do norte paranaense, contribuindo para a fundação de importantes núcleos coloniais japoneses, como, por exemplo, nos atuais municípios de Assaí, Londrina e Maringá¹².

Em 1934, já no governo de Getúlio Vargas, a política migratória brasileira vivencia um momento de inflexão, configurando uma mudança de tendência, em comparação com a fase anterior. Assim, com a Constituição de 1934, inaugura-se um novo período caracterizado pelas seguintes alterações: 1) a política migratória torna-se competência da União; 2) preferência aos brasileiros nos projetos de colonização; e 3) restrição à entrada de estrangeiros, com estabelecimento de cotas para imigrantes.

No Estado Novo, em 1937, a constituição mantém os mesmos preceitos da política migratória de 1934, mas inova com a consideração da defesa da segurança nacional como orientação do tratamento da condição jurídica dos estrangeiros no país. Esses dois instrumentos jurídicos inauguraram o novo período da política migratória do Brasil, a qual, excetuando algumas alterações pontuais e temporárias¹³, delineiam a política de migração do país até os dias atuais.

Nesse sentido, destaca-se que a exclusividade de legislação do governo federal, a entrada seletiva dos estrangeiros, prevalecendo o interesse nacional, e o controle desses estrangeiros, sob uma orientação baseada na defesa da segurança nacional, são os preceitos que caracterizaram a política migratória desde os anos de 1930, passando pelo período pós-guerra, e prevalecendo durante toda a fase da ditadura militar.

Nos anos de 1980, essa orientação centralista, limitadora e politicamente enviesada da política migratória brasileira vai ser mantida através de dois instrumentos político-institucionais: a Constituição de 1988 e o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815, de 1980¹⁴) – ambos em vigor até os dias atuais.

Com isso, pretende-se enfatizar que o momento atual da política migratória brasileira é fruto de um processo política e social histórico, que se desdobra desde a década de 1930, e que se sustenta sobre dois instrumentos institucionais que se encontram em descompasso com os desafios da realidade contemporânea.

Assim, se, por um lado, o Estatuto do Estrangeiro, de 1980, elaborado sob a égide da defesa da segurança nacional, do governo militar, desconsidera todo o debate, nacional e internacional, relativo aos direitos humanos, por outro, a manutenção da exclusividade federal em

¹² Destaca-se que, desde o início do século XX, a imigração japonesa já se fazia presentes no estado do Paraná, no litoral, em Curitiba e em municípios da região norte do estado, como Cambará, mas foi somente da década de 1930 que assumiu maiores proporções.

¹³ A exceção se refere, aqui, a Constituição de 1946, que previu a livre entrada de estrangeiros no país, desde que respeitados os preceitos da lei.

¹⁴ Encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 2.516/2015 (Projeto de Lei do Senado 288/2013), que institui uma nova Lei de Migração, em substituição ao Estatuto do Estrangeiro, de 1980.

matéria de política migratória, na Constituição de 1988 – instrumento caracterizado pelo processo de descentralização político-administrativa que desencadeou – deixa de considerar os entes federados subnacionais como protagonistas de um debate político, social e econômico tão importante como é a questão migratória para o país.

Este caráter centralizador da política migratória brasileira entra em contradição com importantes iniciativas estaduais e municipais que estão sendo feitas na atualidade voltadas para atendimento, orientação e encaminhamentos de imigrantes e refugiados¹⁵: trata-se, no estado de São Paulo, do Centro de Integração da Cidadania do Imigrante; na cidade de São Paulo, do Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI); e no estado do Paraná, do Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes e do Plano Estadual de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas, ambos em vigor desde 2014-2015.

Trata-se de iniciativas que ainda carecem de acompanhamento e estudos, porém apontam para o fato de que as questões migratórias contemporâneas, como o novo perfil da migração internacional e a questão dos refugiados, estão alcançando novas espacialidades, articulando-se com processos pré-existentes e apresentando impactos que são regionais e locais e que, portanto, necessitam de políticas e instrumentos político-institucionais que também sejam regionais e locais

Algumas Considerações

Conhecer as articulações entre as migrações internacionais e o desenvolvimento da dimensão político-institucional, que subsidia os primeiros, constitui-se numa etapa indispensável para adentrarmos na complexidade que permeia os processos migratórios na contemporaneidade.

Ao longo deste texto, realizou-se uma primeira aproximação da articulação dessas duas dimensões a partir da consideração da presença estrangeira no estado do Paraná, entre 1872 e 2010. A partir dos dados demográficos, observamos a dinâmica da migração estrangeira, ao longo do período considerado, onde podemos destacar duas situações bastante contrastantes:

- 1) Entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, a população paranaense cresceu a um ritmo superior ao crescimento nacional, contando com importante peso da população estrangeira, sendo os europeus o grupo majoritário;
- 2) Na primeiradécada do século XXI, a população do Paraná já apresenta um crescimento mais lento e inferior ao crescimento do país, com um menor peso da população estrangeira, porém com uma diversidade maior quanto à origem desses

¹⁵ Informações retiradas de MIGRA MUNDO. Políticas para migrantes no Brasil: avanços locais recentes, improvisos e grandes entraves. Disponível em: <<http://migramundo.com/2015/04/28/politicas-para-migrantes-no-brasil-avancos-locais-recentes-improvisos-e-grandes-entraves/>>.

estrangeiros, tendo alguns países latino-americanos, europeus e o Japão as maiores participações, além de países árabes e asiáticos apresentarem uma presença significativa.

Considerando, por sua vez, a dimensão político-institucional, observamos dois grandes momentos da política migratória brasileira: primeiramente, o período entre 1834-1934, caracterizado pela descentralização da política migratória, atuação de diferentes empresas colonizadoras e paulatina adoção de medidas que favoreciam a entrada e estabelecimento do imigrante.

Já o segundo momento teria seu início em 1934, com a Constituição de 1934, e estaria em vigor ainda hoje. Essa fase da política migratória brasileira caracteriza-se pela centralização política da imigração na esfera federal, seletividade do imigrante, controle jurídico mais rígido da presença do estrangeiro no país.

Assim, notamos que o início do século XXI, no Brasil, vivencia um momento bastante consolidado de uma política migratória centralizada, “fechada” e negativamente conservadora quanto à forma de conceber o tratamento direcionado aos estrangeiros, expressa pelo Estatuto do Estrangeiro em vigor. Esse estado jurídico atual contribui para tornar mais complexo um cenário, no qual ganha força a atual crise dos refugiados na Europa, provenientes de países do Oriente Médio e da África.

No levantamento da literatura sobre migrações no Paraná, constatou-se a existência, por um lado, de uma literatura que aborda, exclusivamente, a migração internacional vinculada aos projetos de colonização do estado, e, por outro, de estudos voltados para a análise das migrações internas, intra e interestaduais, sendo que esses dois grupos de estudos se desenvolveram de forma independente uma da outra.

Contrariamente a esse quadro, nos estudos encaminhados no interior do Observatório das Migrações de Londrina, vem sendo sustentado o argumento que considera a vinculação e a concomitância entre os processos migratórios nacionais e internacionais, pretéritos e atuais, que se desenvolveram e se desenvolvem no território paranaense, influenciando, nos espaços regionais e locais, outros processos de caráter político, social e econômico.

Com isso, pretende-se destacar que debruçar-se sobre a dimensão político-institucional da política migratória em curso no país torna-se uma condição urgente, principalmente num contexto que, paralelamente a política migratória vigente no país, vem ganhando visibilidade a maior presença de refugiados, especialmente a partir de 2010, e algumas iniciativas subnacionais

que vem sendo feitas no campo de atendimento e acolhida de migrantes e refugiados, como é o caso de São Paulo e Paraná, já abordados neste texto.

No caso do estado do Paraná, o CONARE (Conselho Nacional para Refugiados) vem apontando, nos seus últimos relatórios, uma maior presença de refugiados no Paraná. Especificamente, no caso de Londrina, a Cáritas de Londrina já vem apontando, para um aumento da presença de refugiados e de outros grupos de migrantes, nos municípios da região.

Trata-se de levadas crescentes de sírios, haitianos, bengaleses, paquistaneses, que vem vivenciando situações de vulnerabilidade social, enfrentando desafios na sua inserção no mercado de trabalho e na busca por acesso a serviços diversos. Esses imigrantes, embora não tenham um peso numérico tão impactante como os europeus tiveram, no início do século XX, ocasionam impactos sociais, econômicos e culturais nos âmbitos mais locais.

Além disso, num contexto no qual, por um lado, “novos” imigrantes e refugiados se confundem nos espaços locais e regionais e, por outro, verifica-se um esforço, nacional e internacional, de diferenciar, conceitual e funcionalmente, esses dois grupos, torna-se necessário o conhecimento do processo histórico de desenvolvimento da política migratória brasileira, bem como os principais aspectos que a caracterizam atualmente, com objetivo de, entre outras coisas, termos parâmetros para avaliação das iniciativas político-institucionais que vem sendo feitas, voltadas para esses dois grupos, em especial os refugiados.

Referências

- ACNUR. **Novo perfil do refúgio no Brasil**. Brasília, DF, ACNUR; Ministério da Justiça; CONARE, 2014. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014_Apresentacao.pdf?view=1>.
- BAENINGER, R. Notas acerca das migrações internacionais do século 21. In: _____ (Org.). **Migração internacional**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2013. (Por dentro do Estado de São Paulo, v. 9). Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/colecaosp/VOLUME_09.pdf>.
- _____. O Brasil na rota das migrações latino-americanas. In: _____ (Org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/bolivianos/livro_bolivianos.pdf>.
- _____. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para seu estudo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2011. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/mobilidade/Mobilidade_Espacial_da_Popula%C3%A7%C3%A3o.pdf>.
- _____. Espaços ganhadores e espaços perdedores na dinâmica migratória paulista. In: HOGAN, D. J. et al. (Org.). **Migração e ambiente em São Paulo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2000.
- BALHANA, A. P. Política imigratória no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, PR, n. 87, p. 39-50, 1996. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4813314.pdf>>.
- BALHANA, A.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. **História do Paraná**. Curitiba, PR: Grafipar, 1969.
- BALTAR, C. S.; BALTAR, R. O processo de criação de municípios como parâmetro para a análise da dinâmica demográfica e econômica das regiões do estado do Paraná. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2014. Disponível em: <http://abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-6-11-365-180.pdf>.
- BASSANEZI, M. S. C. B. et al. **Repertório de legislação brasileira e paulista referente à imigração**. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2008.
- _____. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. L. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo, SP: FNUAP, 1995.
- BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. **Texto para Discussão 366**, Belo Horizonte, MG, 2009.
- _____. **Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2000. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/Brasil,%20Final%20de%20s%C3%A9culo%20-%20A%20Transi%C3%A7%C3%A3o%20Para%20Um...pdf>>.
- CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005**. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2008.

CARVALHO, J. A. M. Estimativas indiretas e dados sobre migrações: Uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 2, n. 1, p. 31-73, 1985.

CASTRO, G. M. **A imigração no Brasil**. Campo Grande, MS: Life Editora, 2012.

DINIZ, E. Em busca de um novo paradigma: a reforma do Estado no Brasil dos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 10, n. 4, p. 13-26, 1996.

FARIA, V. E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 29, p. 98-119, 1991. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/63/20080624_cinquenta_anos_de_urbanizacao.pdf>.

GAZETA DO POVO. **103 Anos da presença japonesa no Paraná**. Curitiba, PR, 24 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/103-anos-da-presenca-japonesa-no-parana-eqewcdr7d1936of4gqb648vlg>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

IPARDES. **Os vários Paranas**: identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídios a políticas de desenvolvimento regional. Curitiba, PR, 2006.

LENCIONE, S. A reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. **Espaço e Debates**, São Paulo, SP, n. 38, p. 54-61, 1994.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, SP, v. 8, supl., p. 49-90, 1974. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v8s0/03.pdf>>.

MAGALHÃES, M. B. **Paraná**: política e governo. Curitiba, PR: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná; Textos Introdutórios).

MAGALHÃES, M. V.; CINTRA, A. P. U. Dinâmica demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios. **Nota Técnica IPARDES n. 14**, Curitiba, PR, IPARDES, 2010.

_____. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes**: as migrações que também migram. 2003. 216f. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2003.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 1, n. 1/2, p. 99-143, 1984.

NADALIN, S. O. **Paraná**: ocupação do território, população e migrações. Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Educação, 2002.

OLIVEIRA, J. S. Brasil mostra a tua cara: imagens da população brasileira nos Censos Demográficos de 1872 a 2000. **Texto para Discussão n. 6**, Rio de Janeiro, RJ, ENCE; IBGE, 2003. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2434.pdf>>.

PACHECO, C. A. Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial. **Textos para Discussão n. 633**, Brasília, DF, IPEA, 1999.

PAIVA, C.; GODOY, M. M.; RODARTE, M. M. S. **Publicação crítica do recenseamento geral do império do Brasil de 1872**. Belo Horizonte, MG: NPHEd; CEDEPLAR/UFMG, 2012. Disponível em: <www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf>.

REIS, F. W. Notas sobre a reforma do Estado. **Revista de Serviço Público**, Brasília, DF, v. 45, n. 3, p. 17-26, 1994.

RIGOTTI, J. I. R. **Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitários:** aplicações no caso de Minas Gerais e São Paulo. 1999. 142f. Tese (Doutorado) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 1999.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná.** Curitiba, PR: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.